

O MARXISMO-LENINISTA E A CONSTRUÇÃO DE ALDEIAS COMUNAIS EM MOÇAMBIQUE ENTRE 1975 A 1990

MARXISM-LENINIST AND THE CONSTRUCTION OF COMMUNAL VILLAGES IN MOZAMBIQUE BETWEEN 1975 TO 1990

CELESTINO TAPERERO FERNANDO¹

Resumo

O objetivo do artigo é explanar os contornos e objetivos principais que norteavam a ideia de criação das aldeias comunais e machambas povo como princípio da implementação da administração da FRELIMO em Moçambique pós independência. A ideia de construção das machambas comunais (do povo) começa com o surgimento das zonas libertadas em Moçambique, no período da luta de libertação nacional de Moçambique e as aldeias comunais vinha acompanhar a ideia de socialismo científico em Moçambique e essas ideias como objetivo de inserir a ideia do estado nação no seio da comunidade rural.

Palavras-chave: FRELIMO, Moçambique, aldeias comunais e machambas.

Abstract

The purpose of the article is to explain the main contours and objectives that guided the idea of creating communal villages and machambas people as a principle of implementation of FRELIMO administration in post-independence Mozambique. The idea of building communal machambas (of the people) begins with the emergence of the liberated zones in Mozambique, in the period of the national liberation struggle of Mozambique and the communal villages came to accompany the idea of scientific socialism in Mozambique and these ideas as an objective to insert the idea of the nation state within the rural community.

Keywords: FRELIMO, Mozambique, communal villages and machambas.

Considerações Iniciais

A partir de 1969, após o assassinato do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, os revolucionários e o braço direito militar e da política marxista-leninistas alcançaram hegemonia na direção do movimento e começaram a implementar as mudanças radicais na direção da frente. Isso resultou na não eleição do novo presidente da FRELIMO após a morte de Eduardo Mondlane, pois a elite com a ideologia marxista-leninistas encabeçada por Marcelino dos Santos, Samora Machel e seus

¹ Doutorando em História na Escola de Humanidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. Desenvolve suas pesquisas na área de concentração: Sociedade, Política e Relações internacionais. É Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2018). E-mail: ctaperero@hotmail.com.





arquitetos Sérgio Vieira, Óscar Monteiro e Jorge Ribeiro duvidavam da sua popularidade e temiam a ascensão de Urias Simango a precedência da *Frente*. Sugeriram e inovaram uma outra forma de orientar a FRELIMO, de modo que a Frente de Libertação passou a ser dirigida por um conselho da presidência composto por Uria Simango, coordenador, e Marcelino dos Santos e Samora Machel, integrantes.

Essa orgânica governativa não estava prevista nos estatutos da Frente, sendo um improviso de forma a entreter Urias Simango. No nosso entendimento essa nova forma de dirigir a frente está inserido na ideia de reorganização política da Frente de Libertação para as novas orientações ideológicas e superação das clivais interna. Como podemos ler que “a plataforma ideológica quando a FRELIMO foi formada em 1962 era apenas opor-se à opressão colonial e defender a independência nacional. Nada mais”². A nova ideologia foi concebida no auge da luta de libertação e a nova dinâmica política internacional.

Com essa nova dinâmica e reorganização interna, seis meses depois, Cabaço sustenta nos seus estudos sustenta que “os primeiros defendiam que o caráter nacional da luta deveria convocar todos os moçambicanos, sem distinção ideológica”³. Urias Simango renuncia a coordenação e militância da FRELIMO, escrevendo que: *hoje em dia a nossa luta não é essencialmente uma luta ideológica ou de classe, é uma luta de massas contra a dominação estrangeira, contra o colonialismo português, pela liberdade e independência destas massas*⁴.

A saída do Simango deu o espaço para o braço militar liderar, a qual resultou na nomeação de Samora Machel como presidente do movimento, a guerra tomou outro rumo e novas estratégias foram aplicadas, rapidamente se expandiu para região Centro do país. Para cabaço “a cisão, significativamente, abrangeu quadros urbanizados do centro do país e lideranças tradicionais do Norte. O conflito era mais profundo, de natureza ideológica e estratégica”⁵.

Com a direção de Samora Machel, as políticas de caráter marxista-leninista começaram a ser implementadas pouco a pouco dentro da guerrilha e nas zonas libertadas. Essas políticas ganharam campo com a criação de cooperativas, e o marxismo leninista frelimista chegou ao seu auge em 1977, depois da independência, com a emanção das

² EGERO, 1992, p.23

³ CABAÇO, p.408

⁴ BRAGANÇA/WALLERSTEIN-II, 1978, p. 206

⁵ CABAÇO, p.407



políticas do desenvolvimento, que resultaram na criação de aldeamento campo de redução e mais tarde, em 1983, operação produção.

No nosso entender, a organização das zonas libertadas resultou numa experiência econômica que posteriormente foi conduzido e orientado no partido, chamado assim de novas tendências do desenvolvimento pós-independência. Isto é, as zonas libertadas foram as regiões onde a Frelimo ensaiou todas as estratégias políticas, econômica e social. Nas zonas libertadas as aldeias foram idealizadas e implantadas e se estendeu a pós Proclamação da Independência.

Aldeias Comunais

O acordo de Lusaka, em Zâmbia, em 1974, fez brotar a independência nacional em 1975 e subsequente, umas mudanças socioeconômicas e culturais começam a aparecer como resultado da instalação do estado-nação e da criação da nova mentalidade e espírito nacionalista comunista. No governo de Samora Machel, a palavra-chave estava inserida no slogan “abaixo ao feudalismo”; abaixo ao colonialismo; abaixo ao tribalismo ao racismo e ao elitismo e abaixo ao capitalismo, marcando assim o fim de uma sociedade colonial. As escolas e as fábricas foram enfeitados com fotografias de Marx, Lênin e Samora Machel”.

Isso mostra que a emergência da independência moçambicana trouxe consigo uma expectativa da liberdade e prospecção na nova nação. Em 1975, a independência nacional de Moçambique foi comandada e proclamada pela FRELIMO, que vinculou no seu quadro governativo as estratégias de desenvolvimento marxista-leninista a substituindo assim as formas governamentais “capitalista” conduzidas pelos colonos portugueses durante a época de colonização. O socialismo implementado pela FRELIMO foi idealizado com as ideias alicerçadas no princípio da revolução, que conduziria a produção e estabilidade econômica e social.

Nos primeiros anos da independência em Moçambique, notou-se uma intensa reorganização e formulação das políticas administrativa, tais como: a criação de aldeias comunais, as machambas do povo e as cooperativas do povo, seguindo o modelo russo e do socialismo africano de Nyerere. O regime frelimista também sofria múltiplas influências teóricas, como de Amílcar Cabral, Mao Tsé-Tung e Fidel Castro, figuras que apoiaram a Frente na luta de libertação nacional.



BRITO (1995) e PARAFINO (2009) são unânimes em afirmar que o marxismo-leninismo da FRELIMO era indefinido e ambíguo. Os dirigentes foram influenciados pelas várias tendências *maoísta, leninista e stalinista* que preponderavam no leste europeu e do marxismo iconoclasta do professor da Universidade Eduardo Mondlane, John Saul.

Nesta mesma linha, Brito sustenta que a versão stalinista da FRELIMO não só proveio da cooperação internacional com a Rússia, China, Bulgária, Romênia, Vietnã, Iugoslávia, República Democrática da Alemanha e Coreia, mas também de estudantes da Universidade de Lourenço Marques, filhos de burgueses e pequeno-burgueses, que simpatizavam com o discurso marxista-leninista da época, como Marcelino dos Santos, Jorge Ribeiro, Matsinhe, Pascoal Mucumbi e Sérgio Vieira, apesar desse último ser da província de Tete, mas com um nível de instrução política muito elevado.

Mas é importante ressaltar que a FRELIMO, antes mesmo da independência em 1970, nega a necessidade de ser influenciada pelos outros países que lhes apoiavam, como fundamenta Joaquim Chissano, membro do Comité Político Permanente da FRELIMO, em entrevista concedida à revista *Afrique Australe*:

Não acreditamos que o desenvolvimento do país, a independência e o socialismo possam ser copiados de outros países. Certas pessoas pensam que como recebemos auxílio dos países socialistas seremos forçados a seguir a política de um ou de outro país socialista, mas isso não é certo, pois se lutamos pela nossa independência (como já afirmamos), lutamos pela livre escolha da nossa maneira de viver, das nossas relações e o nosso comportamento⁶

Mas o que se registou depois da independência foi o contrário a esses argumentos de Joaquim Chissano. Moçambique assistiu a sua política ser assolada por uma cópia do socialismo do leste europeu e chinês, apesar da FRELIMO chamá-lo de socialismo científico, mas que na realidade era uma cópia do modelo socialista desses países. Como é possível observar na primeira Constituição, artigo 22, o qual afirma que: “República Popular de Moçambique consolida e desenvolve a solidariedade com os países socialistas, seus aliados naturais, solidariedade forjada na luta pela independência nacional”⁷.

No nosso entendimento, a ideia do socialismo científico parece ser defendida por uma parte da elite da FRELIMO que alimentava as ideias de igualitarismo, distribuição da riqueza social aos militantes e à população em geral para impulsionar o avanço da guerrilha. Nas nossas consultas aos estudos de Cahen, Brito, Cabaça, Paredes, notamos que todos concordam com ideia de que a política disseminada pela FRELIMO durante a

⁶ BRAGANÇA/WALLERSTEIN, 2ºvol, (1978, p.175)

⁷ Constituição da República Popular de Moçambique de 20 de junho de 1975, imprensa nacional.



luta arma foi uma maneira levar muita gente a acreditar que democracia participativa já estava no terreno fértil quando a FRELIMO tomou o destino da nação. Essa ideia apenas foi vinculada na época da luta porque, depois da independência, foi emanada uma nova prática política consubstanciada na ideia do homem novo inserido na emenda da revolução.

Cronologicamente é importante enquadrarmos o Estado (nação) moçambicano como aquele que surgiu no período em que o sistema político mundial se encontrava dividido em dois blocos: socialista e capitalista. O bloco socialista, sob comando da URSS e com extensão para alguns países do leste europeu, e o bloco capitalista, sob comando dos EUA e países de ocidente europeu e da América. No contexto moçambicano, o partido FRELIMO aderiu aos princípios socialistas como um sistema que melhor adequasse à estrutura orgânica das comunidades e também como resposta a ajuda emprestada pela URSS e pela China no período da luta.

Dois anos depois após a Proclamação da Independência de Moçambique em 1975, a ideia e o discurso do lançamento do programa revolucionário, oficialmente proferido por Samora Machel no III Congresso da FRELIMO em 1977, foram implementados e tinham como intento a remodelação do país, o qual afirmava que: *A FRELIMO era um partido da vanguarda da aliança entre operários e camponeses, sob a direção da classe operária, cujo objetivo é destruir o capitalismo*⁸. Cabia a FRELIMO a tarefa de dirigir, organizar, orientar e educar as massas, transformando-as num poderoso sistema socialista.

Este discurso estava inserido na estratégia de adoção do marxismo como a melhor via para revolução de Moçambique e criação do homem novo. A via marxista-leninista foi adotada oficialmente pela FRELIMO em 1977 no III Congresso do Partido. Em março de 1977, Moçambique e a URSS assinaram um acordo de comércio e cooperação com duração de vinte anos⁹.

Para a “FRELIMO, o planejamento central do tipo socialista oferecia um caminho para acumulação flexível do capital e o redirecionamento racional dos recursos nacionais em vista ao desenvolvimento equilibrado das populações do país”¹⁰. Em 1977, a via marxista-leninista seria a única que possibilitaria o combate ao imperialismo no interior

⁸ Jornal Notícia.

⁹ DEPELCHIN (1983); Schneidman (1978); Azzina (1985).

¹⁰HARRISON, Graham – Mozambique: na Unsustainable Democracy, in Review of African Political Economy, n.º 61, 1994:429-440.



de Moçambique, estando constantemente ameaçada pelo imperialismo norte-americano, que agia aliado ao colonialismo e ao racismo.

Samora Machel marca passos largos em 1977 no III Congresso (como citamos no parágrafo anterior) e o marxismo-leninista torna-se presente em todo o território e em todas as instituições governamentais. Como forma de dar andamento a via marxista-leninista, a FRELIMO estruturou a população moçambicana em aldeias comunais, construindo assim um Estado encarnado nas camadas sociais, com o intuito de pôr fim a desigualdade social, gerando renda e desenvolvimento humano e desenhando, assim, projetos denominados operação *produção*, que poderia ser a concretização da deportação da população desempregada dos centros urbanos para os campos. Essa ação foi considerada pelos moçambicanos como um instrumento de exclusão e opressão pela elite. Para FRELIMO, esses projetos tinham caráter administrativo e econômico.

A FRELIMO nunca se pronunciou como marxista durante a luta de libertação nacional, mas adotava os postulados marxista-leninistas, principalmente nas zonas libertadas. Mas também é importante entender que a adoção dos postulados “marxista-leninistas” por parte da FRELIMO obedecia a um processo intrínseco vinculado à singularidade e às especificidades da “luta de libertação nacional”¹¹ e o cumprimento do memorando assinado pelos seus apoiantes, URSS, China, Cuba e RDA.

O marxismo-leninismo surge como um claro combate ao passado colonial presente no país e com a criação do “Homem Novo” que poderia pertencer a nova nação. Esse homem novo passa a ser apontado como aquele engajado em seus valores nacionais modernos e que, em última análise, é um produto da Guerra Fria entre o capitalismo, representado pelos Estados Unidos, e o socialismo, representado pela União Soviética. Para Samora Machel, o socialismo era o novo homem que teria superado o velho capitalista.

Homem velho é aquele homem não socialista, aquele que não conhece a teoria revolucionária. Enquanto o homem novo é aquele que constrói o socialismo, com disciplina e entusiasmo mobiliza grandes massas (MACHEL, 1979).

A FRELIMO, na implementação das suas políticas governativas marxistas, estava convencida de que apenas um movimento revolucionário profundamente motivado e disciplinado poderia acabar com aqueles homens que, embora conscientes das suas limitações, travava consigo mesmo um combate interno permanentemente para superar

¹¹ KRUKS, Sonia (1987). “From Nationalism to Marxism: The Ideological History of FRELIMO, 1962-1977” In: Irving Leonard Markovitz (ed.) Studies in Power and Class in Africa.



as insuficiências reacionárias herdadas do colonialismo. Isto é, o velho capitalista podia ser transformado em novo socialista na base da revolução.

Para a FRELIMO, só com a política revolucionária é que seria possível acabar com o tribalismo, o feudalismo e o nepotismo, de modo que a ideia da construção das aldeias comunais tornou-se intenso e coercivo para todos os moçambicanos das zonas rurais. Ao implementar esse regime, a FRELIMO baseava-se na ideia de que o capitalismo não era o melhor caminho para triunfar a revolução e, por isso, Samora dizia: “mercado, sim; capitalismo não, socialismo é nosso trunfo”¹².

Samora extraia de Marx a ideia de homem livre na dentro de uma sociedade comunista. De acordo Marx & Friedrich “o homem da sociedade comunista será o homem total, livre das alienações e mutilações impostas pela divisão do trabalho reinante na sociedade burguesa e apto a realizar suas múltiplas potencialidades”¹³. Isso fez com que Moçambique elaborasse e implementasse o projeto da operação produção, a qual poderia albergar todos aqueles que eram considerados de improdutivos. Neste projeto comunista, todos os indivíduos que não tinham trabalho e eram levados à força para os campos de produção com intuito de gerar renda e força de trabalho.

A FRELIMO sublinhou também a ideia do fim da divisão técnica do trabalho, sustentado por Marx; assim, tanto para Marx como para FRELIMO, essa divisão técnica do trabalho também significou a emancipação de todos os sentidos e qualidades humanas. E Samora Machel mostrava paixão por essa realidade marxista e fez questão de criar juntas militares para mobilizar a população.

A ideologia socialista emanada pela FRELIMO não foi capaz de realizar o propósito de desenvolvimento equilibrado, porque com o mesmo sistema Samoriano as escolas populares da época restringiam-se ao ensino da leitura, escrita e princípios marxista e da cultura frelimista, e a política governativa do partido estado não estava preparada para treinar profissionalmente os trabalhadores para a grande indústria.

Como resumo, iremos mencionar os diversos marcos históricos que descreve e demonstra as realizações de práticas política do governo de transição da FRELIMO sob o comando de Samora Machel entre 1975-1986. Como título de exemplo, vamos arrolar algumas passagens do regime socialista que servirá de evidências para o que estávamos tratando no decorrer do texto.

¹²NEGRÃO, 2001, p. 61

¹³MARX, Karl e Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luís Cláudio de castro e costa. Ed. Martins, fontes. São Paulo 2001, p. Xvi.



- i) Campo de reeducação, com intuito da organização social, com a existência das aldeias comunais e de células do partido FRELIMO nas instituições estatais, escolas e nos bairros residenciais do Rovuma ao Maputo;
- ii) No campo político econômico, operação produção, operação limpeza, criação das assembleias populares numa escala hierárquica (bairros, localidades, cidades, províncias e a nível nacional);
- iii) No campo acadêmico, com a existência de universidade e escolas de aprendizagem marxistas, introdução forçada de português como língua oficial e implementação da cultura frelimista.

A escola foi considerada como o centro de produção da mentalidade do homem marxista, difusão da cultura frelimista e eliminação de todos os mitos que a população tinha sobre o passado colonial e pré-colonial. Para Machel, é necessário “educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria”, mas esse discurso não revela a realidade porque é ele que falava em nome do povo e que criava o mesmo em nome da nação.

Machambas comunais

As machambas marcavam o começo da estrutura econômica e administrativa que a Frente de Libertação ensaiava. Thomaz (2008) explica que as machambas comunais deveriam dispor de todo um aparato institucional, tais como hospitais, escolas, lojas do povo, cooperativas etc. Contudo, o seu funcionamento dependia diretamente dos Grupos Dinamizadores (GDs), que espalhados por todo o país, no campo e nas cidades, deveriam servir como instrumento de socialização política das massas, “como elo de comunicação entre a população e as lideranças da FRELIMO, bem como de vigilância junto aos potencialmente sabotadores funcionários do aparato estatal remanescentes da antiga burocracia colonial”¹⁴.

No processo de luta, a FRELIMO criou as “*zonas libertadas*” no interior da província de Cabo Delgado e Niassa dentro do território moçambicano, fora do controle da administração portuguesa. Neste sentido, a Frente começava a funcionar como um “Estado dentro de um Estado” com um sistema próprio de administração, apesar de não ter uma legislação internacionalmente reconhecida.

¹⁴ SERAPIÃO & EL-KHAWAS, 1979, pp. 146-147.



THOMAZ (2008) explica que, a medida em que a guerra avançava, as *zonas libertadas* foram nascendo sucessivamente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Tete. A sua forma de organização é uma ilustração dos esforços e tentativas feitas pela Frente de Libertação de Moçambique para criar uma alternativa à sociedade colonial, com uma economia sem exploração do homem pelo homem, com formas coletivas de produção e de comercialização e a implantação de bases democráticas¹⁵.

Como diz Yussuf Adam nas suas análises, o modelo idealizado pela FRELIMO acabou sendo mais uma utopia do que uma realidade, tendo, porém, até certo ponto, servido de inspiração para traçar o modelo socialista de desenvolvimento implantado em Moçambique depois da independência, onde se pretendia negar os modelos de desenvolvimento coloniais e os neocoloniais.

Isso indica que antes da independência as machambas comunais eram consideradas como fonte de arrecadação de mantimentos para os guerrilheiros, e era feita por todos aqueles que se alinhava com a ideia do nacionalismo e luta pela liberdade e dignidade. Quem trabalhavam nessas machambas eram os guerrilheiros e a população que pertencia às zonas libertadas. Nas machambas, todos deveriam trabalhar na terra nas modalidades de lavoura e sementeira durante o dia; ao final do dia, eles eram encarregados da construção das cabanas e depois assistir a cursos de marxismo-leninismo ministrado pela elite da FRELIMO.

Para além do interior das províncias de Cabo Delgado e Niassa, “Nashingwe também constituiu uma fonte de inspiração para os acontecimentos ulteriores à independência de Moçambique, particularmente no que diz respeito à construção das machambas comunais”¹⁶. Isto é, Nachingwea foi, primeiramente, idealizado pela FRELIMO como um campo de treinamento militar, mas por sua capacidade de tranquilidade sobre o inimigo comum, transformou-se em um laboratório para todas as ideias políticas governativas que partido emanava, como também se tornou lugar em que se costurou o princípio do homem revolucionário.

De acordo com THOMAZ (2008) no seu artigo “*Escravos sem dono*”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista, Nachingwea constituía a materialização de um ideal igualitário, expresso em rituais de

¹⁵ ADAM, Yussuf, 1997: 4.

¹⁶THOMAZ, Omar Ribeiro: “*Escravos sem dono*”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. 2008



passagem e no dia a dia do trabalho na machamba, nos trabalhos de manutenção do campo e no treinamento militar.

Contudo, Thomaz, no mesmo artigo, esclarece que ainda que todos os que se dirigiam a Nachingwea deveriam passar por um tipo de ritual em que, numa espécie de catequese coletiva, narravam à coletividade o momento em que tinham alcançado a consciência da natureza da opressão colonial como sujeitos ou objetos da exploração.

A indecisão quanto as formas adequadas de gerenciar a situação de abandono das áreas de cultivo exploradas pelos colonos e da definição de que política econômico-social seria adequada para erguer o desenvolvimento do espaço rural, proporcionou a entrega dessas áreas às cooperativas e ao Estado, isto é, criaram-se as machambas estatais e as machambas coletivas (HERMLE, 1987; ALMEIDA SERRA, 1991)¹⁷. Neste sentido, a reestruturação do Ministério da Agricultura seria incontornável para a produção. Isso passaria por criação de dois setores, um com a responsabilidade de gerir as machambas estatais e o outro responsável pelo acompanhamento da produção das cooperativas.

Essa reestruturação amarrou o discurso político de extensão das machambas comunais, que prospectou ainda na época da Proclamação da Independência com a recém proclamada luta contra formas individuais ou privadas de acumulação de riqueza. Sérgio Vieira, membro sênior da FRELIMO e um dos ministros do governo, em um dos seus textos de reflexão sobre a formação do “Homem Novo”, explica o porquê da adoção de formas coletivas de vida e de produção.

Quando nas zonas libertadas de Cabo Delgado se disse: “a castanha vai pertencer à cooperativa e deixar de pertencer ao fulano que até abandonou o território nacional”; quando se disse: “Não podes ter gente a trabalhar na sua machamba”; quando se disse: “vamos juntar as machambas e vamos trabalhar juntos”, por razões muito concretas, pois para produzirmos temos que ter em conta os aviões e tem que haver alguém para vigiar o avião, o helicóptero e “eu cozinheiro com minha mulher não posso fazer isso” foi quando dissemos aquilo, foi a partir destes pequenos elementos, que se iniciou a destruição da base material para a sobrevivência do feudalismo e para a emergência da burguesia¹⁸.

VIEIRA aqui mostrava a sua paixão pelo socialismo e intitulava-se fundador do marxismo moçambicano. Para paixão vieiriano dar efeito, era necessário que a sua equipe pensasse em uma estratégia para que as machambas tomassem uma outra dimensão econômica e política e que sustentassem a criação das aldeias comunais, apesar de existir

¹⁷ A criação de machambas estatais foram motivadas por maior parte pela falta de empresários com capacidade técnica e financeira para dar o andamento dessas terras.

¹⁸ VIEIRA, 1979 p. 28.



aldeias sem machambas de povo perto, exemplo: as aldeias de *Guindingui, Rambanai, Zonue-A, Nuakaka, Chinhbudzi, Manhene, Socera* e *Chissamba* localizavam-se no distrito de Manica, no posto administrativo de Messica.

Nessas aldeias, o conceito de cooperativa não teve efeito e nem houve machambas de povo porque a população resistiu e não deu o seu andamento, a população dessa região era muito conversadora e até atualmente pratica os rituais de invocar os espíritos dos antepassados para combater a seca e as pragas. Nesta mesma região, população aceitou apenas viver em aldeias porque era compulsivo a estadia nas aldeias comunais.

Nas outras regiões, Vieira e sua elite da FRELIMO criaram o projeto operação produção que iremos aprofundar adiante. Para institucionalização das machambas, a FRELIMO realizou uma série de reuniões, cuja primeira foi realizada em Mocuba, província da Zambézia, em fevereiro de 1975, e a segunda foi em Marrupa, província do Niassa, entre os dias 29 de maio e 4 de junho.

Nestes encontros, segundo Almeida Serra (1991), eram abordados mais explicitamente a necessidade de aglomerar a população dispersa como forma para ter acesso aos serviços de educação, saúde, abastecimento de água e luz, comunicações e outros. Segundo as fontes, essas reuniões não produziram instrumentos suficiente e necessários para a implementação dessa estratégia.

Foi só a partir da VIII Sessão do Comitê Central da FRELIMO, realizada em fevereiro de 1976, que claramente definiu-se a aldeia comunal como o eixo para o desenvolvimento do campesinato moçambicano (ARAÚJO, 1989; ALMEIDA SERRA, 1991). Isso indica que as machambas tinham dupla função para o pensamento político da elite frelimista. Primeiro, tinha como função econômica e administrativa, e segundo, tinha com função política, a qual servia para controlar a inserção do estado nas regiões periféricas do país, substituindo o modelo português que usava as autoridades locais. A FRELIMO usou o modelo machamba do povo e a cooperativa, introduzindo assim o seu aparato administrativo formado pelos secretários dos bairros e Grupos dinamizadores.

Medeiros e Matos (2015) apontam que nesses eventos foram definidos os princípios gerais orientadores para a criação das aldeias, bem como os objetivos e as formas de produção¹⁹ que, segundo Araújo (1989), resumem-se em:

- (i) A concentração deve ser resultado de uma atividade produtiva coletiva;

¹⁹ MEDEIROS, R. M. V. e MATOS, E. A. C. A transformação do espaço rural moçambicano rumo à socialização do campo. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p. 31-64, V.11, n.15, jan-jun.2015.



- (ii) Produção coletiva e familiar não são contraditórias;
- (iii) Deve haver um equilíbrio ecológico;
- (iv) Novas tecnologias de produção devem ser introduzidas gradualmente.

Com essas ideias, tudo indica que as machambas proliferaram depois da independência com o projeto Operação Produção. O trabalho de Marçal de Paredes (2014) explica-nos que, no imaginário político moçambicano, a operação produção foi organizada a partir de 1981 e tratava-se da organização do projeto de reeducação popular em grandes campos de cultivo rural das machambas localizados no interior do país, sendo a maioria no norte do país nas regiões do Cabo Delgado Niassa e Nampula.

Na mesma linha, Thomaz (2008) estabelece que em 1982, em Moçambique, já havia cerca de 1.352 machambas, quase todas funcionando como um verdadeiro laboratório de reconversão política para onde eram enviados quaisquer indivíduos que simbolizassem valores ou práticas políticas ou moralmente condenáveis. Na prática, tratava-se de grandes acampamentos para onde eram enviados “marginais”, “suspeitos” ou inimigos políticos (como Uria Simango), como iremos fundamentar no decorrer deste capítulo.

Samora Machel, em seu discurso em 1981, explicou que a ideia de construção das machambas comunais estava inserida:

Política e militarmente foi forjada a unidade, a partir de um pensamento de consciência patriótica de classe. Entramos em Nachingwea como Macondes, Macuas, Nyanjas, Manicas, Changanas, Ajauas, Longas, Cenas; saímos moçambicanos. Entramos como negros, brancos, mistos, indianos; saímos moçambicanos. Quando chegamos, trazemos nossos vícios e defeitos, egoísmo, liberalismo, elitismo. Nós destruimos esses valores negativos e reacionários. Nós aprendemos a incorporar os hábitos e os comportamentos de um militante da Frelimo. Quando entramos, temos uma visão limitada, pois conhecemos apenas nossa região. Lá, aprendemos a escala do nosso país e os valores revolucionários (MACHEL, 1981 apud TOMAZ, 2008, p. 181).

Esse discurso mostra que as organizações socialistas estavam sendo expandidas com a ideia de centralismo e unidade nacional com a influência das políticas adquiridas em Nachingwea, no qual todo aparelho administrativo da FRELIMO foi ensaiado. É importante saliente que o programa da FRELIMO adotado pelo II Congresso tinha como slogan *substituir a cultura colonialista, por uma cultura popular e revolucionária, baseada nas tradições do nosso povo*. Essa foi considerada pela frente como fio condutor para criação de nova sociedade cuja sua dinâmica estava inserida na convivência, cooperativa entre a população.



Cronologicamente e historicamente as machambas tiveram seu início logo após a luta de libertação nacional, isso significa que foi o primeiro marco econômico político da administração da FRELIMO. Newitt relança que

“o segundo congresso, realizado em Moçambique em julho de 1968, constituiu uma vitória de Eduardo Mondlane. O comitê central alargou-se para incluir os radicais mais jovens que apoiaram os conceitos gêmeos de revolução social e de uma campanha da guerrilha generalizada baseada na politização do campesinato e no estabelecimento de cooperativas”²⁰.

Este era o começo da implementação do sistema marxista apesar do presidente da Frelimo naquela altura Eduardo Mondlane não pertencer a ala socialista devido os seus percursos históricos, mas, os seus compatriotas já estava a encetar muitos contacto com os países do bloco socialista como a URSS, RDA, Cuba etc. Todas as outras políticas antecederam o projeto de machambas comunais. Malyn Newitt lembra-nos que logo no início da luta armada, quando a FRELIMO controlava apenas zonas do território maconde²¹ e pequenos territórios no interior do Niassa, o que reunia uma população de cerca de 200 mil indivíduos, “os camponeses começaram a ser concentrados em aldeias comunais para *efeitos de proteção*, ao tempo em que eram criadas cooperativas de produção e comercialização e montaram-se campanhas de educação e saúde”²².

Circunscrevendo a ideia acima, na FRELIMO, a ideia de produção já foi testada, aprofundada e implementada nas zonas libertadas no interior de Cabo delgado e Niassa, como já referenciamos acima. Ela aparece como parte da estratégia do partido para conduzir o desenvolvimento rural e administrativo moçambicano nos dois principais encontros realizados pelo partido antes da Proclamação da Independência.

Nesses encontros, foi estabelecido que as machambas comunais estavam associadas ao processo de criação das cooperativas que conduziria a população ao socialismo e ao bem-estar de todos. Este estava proporcionalmente ligado à história da conquista da independência nacional e à ideia da revolução e criação do homem novo. As razões que explicam a sua formação encontram-se associadas. Alberts (1983) traz três aspectos que torna evidente que essa ligação histórica originou as cooperativas nomeadamente:

- (i) As machambas abandonadas pelos colonos em decorrência da independência que, numa primeira fase, foram ocupadas pelos agricultores familiares que

²⁰ NEWITT, 1997, p. 453

²¹ Makonde

²² NEWITT, 1997, p. 454.



- passaram a cultivar coletivamente. Com o tempo, algumas dessas áreas foram apropriadas pelo Estado, passando a fazer parte das machambas estatais;
- (ii) As cooperativas coloniais, que também com a independência passaram a ser exploradas coletivamente pelos agricultores familiares;
 - (iii) Os processos de mobilização promovidos pelas estruturas administrativas do Estado, como forma de se beneficiar do apoio estatal. Foi, em muitos casos, a forma que os agricultores (pequenos e médios) encontraram para se beneficiarem desse movimento.

O fato curioso que é necessário explicitar é que o processo de evolução da formação de novas cooperativas foi relativamente acelerado, mas não foi sempre proporcional a evolução das aldeias comunais. A ideia desenhada antes pela FRELIMO estava em direção a um paralelismo evolucionar entre aldeias comunais machambas e cooperativas, ou seja, para cada aldeia comunal deveria existir uma machamba do povo e uma cooperativa²³, que poderia responder às necessidades produtivas daquele ciclo administrativo.

Os argumentos de Araújo (1989) nos dão a entender que a relação entre a cooperativa e a aldeia comunal nem sempre foi positiva, pois, em 1978, existiam cerca de 857 aldeias comunais em todo país e apenas 180 cooperativas. Araújo (1989) vai além e traz os detalhes mais recentes, indicando que no ano de 1982/83, o número de aldeias cresceu para 1362 e o de cooperativas passou para 375.

Nesse mesmo subcapítulo, explicamos que no distrito de Manica, até 1991, as aldeias comunais não estavam conectadas às machambas; na aldeia de Zonue-A, em que vivia o autor desse artigo, a sua aldeia não estava conectada com nenhuma machamba do povo e nem se fazia sentir a ideia de machamba, nem de lojas e armazéns do povo. A população ia para suas palhotas das aldeias ao final do dia, ou seja, nas noite para dormir e de dia voltava as terras dos seus ancestrais onde tinha as suas machambas e bens como, Boi, Milho, Mapira, cabrito, etc.

O autor Christian Geffray (1991), explica no seu livro “*A Causa das Armas, Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*” que as machambas comunais estavam diretamente associadas ao marxismo que informaria integralmente a percepção do que deveria ser o desenvolvimento para o conjunto do país. Neste contexto, Thomaz

²³ Na cooperativa, encontrávamos as lojas do povo e os armazéns do povo, que eram destinados aos produtos colhidos nas machambas do povo.



(2008) explana que a dimensão ganhada pelas machambas comunais nas distintas regiões foi bastante diferenciada, assim como seu impacto junto às populações do país. Em 1982, das 1.352 machambas comunais, 543, ou seja, 40%, estavam concentradas na província de Cabo Delgado, ao passo que 260 (19% do total) encontravam-se distribuídas por Nampula. Isso se explica pelo fato de que uma parte da população não assimilou a ideia do cooperativismo.

Neste mesmo período, há de comparar os números da população deslocada para as machambas comunais entre as províncias do Sul e do Norte, isso nos leva a pensar que essa política foi mais intensa no Norte do que no centro sul do país, como nos aponta o autor Kaplan (1984). A província de Gaza pertencente a região sul de Moçambique nessa altura possuía cerca de 139 machambas comunais, um pouco mais de 10% do total. Das três províncias com maior número de machambas comunais, somente duas – Cabo Delgado e Gaza – concentraram parte substancial de sua população nestas unidades produtivas. “Em Cabo Delgado, cerca de 45% da população total da província foi deslocada para as machambas, enquanto em Gaza foram concentradas 17% da população total, o que representava 30% de sua população rural”²⁴.

A distribuição geográfica das aldeias foi de forma irregular sem desenvolvimento acelerado nem proporcional em algumas áreas do interior do país, podemos observar esses casos em algumas províncias como Manica e Tete, cujas características eram mais capitalistas do que comunistas, devido a sua aproximação com a Rodésia do Sul - Zimbábue e Zâmbia. Nestas regiões, existiam aldeias sem nenhuma cooperativa porque a ideia de aldeia era mais agressiva do que a da criação das cooperativas. Alguns acadêmicos como Thomaz, Almeida, Araujo, Alberts e Adam preferem associar o crescimento lento das cooperativas, se comparado ao ritmo de crescimento das aldeias comunais, como algo que pode estar associado ao fato desta forma de produção não responder às necessidades dos camponeses locais²⁵. Aldeias também foram vista como:

desastre social porque dividiu a população: cada um queria a aldeia na terra dele, e os que tiveram de mudar de lugar caíram na dependência da população dolugar para obtenção de terras. Além disso, nem sempre a escolha (pelo Estado) do lugar para construir a aldeia tinha uma fonte de água próxima.

²⁴ KAPLAN, 1984, p. 106.

²⁵ Esteira uma forma de produção que não fazia parte da característica do agricultor familiar “formatado” pelo processo de colonização. Essa herança colonial desempenhou um papel significativo na inserção real dos camponeses nas cooperativas, pois as necessidades de os camponeses terem o domínio completo da sua produção era fundamental. (MADEIRAS e MATOS. 2015)



Isto porque a produção e a produtividade eram baixas, mesmo se comparada com a da agricultura familiar.

Considerações Finais

Na verdade, a história contemporânea de Moçambique idealizada e produzida no contexto atual e doméstico, aquilo que surpreende, talvez mais ainda do que a sua questionabilidade, é a sua escassez, toda a história foi produzida no habito do sistema partido estado.

Moçambique, durante a luta de libertação nacional, foi apoiado pelos países do regime socialista no que concerne aos treinos militares, material bélico, educação, saúde e outros meios necessários para a galvanização da Frente de Libertação.

O conceito de nação foi introduzido em Moçambique no mesmo ano da Proclamação da Independência; assim, ao introduzir a ideia de criação da nação, primeiro era necessário conhecer o que é uma nação. Isto é desde o primeiro dia da realização do 1º congresso da FRELIMO conseqüente a estruturação da frente, o conceito de nação foi desenvolvido pela FRELIMO desde os anos iniciais da luta anticolonial, o ensaio desse conceito foi nas zonas libertadas com a construção de aldeias comunais e todo aparato político administrativo que os camaradas estavam implementando.

O Estado Novo do homem novo é um estado designado nacional com as políticas de inclusão social e geração de riqueza nacional, baseando-se na criação da nova cultura de pensar e agir. O Estado Novo liderado por Samora Machel nos anos 70 foi fruto da luta armada de libertação de Moçambique entre 1964 a 1974. Para o primeiro presidente de Moçambique, tomar o poder significa parar e pensar para controlar o rumo da história e da cultura moçambicana e criar a mentalidade nova no povo. Nas palavras de Samora Machel, ao pensarmos numa nação, não podemos pensar de uma forma tradicional nem supersticiosa, mas sim de uma forma moderna e unitária.

O marxismo frelimista era diferente do clássico, que se baseava na luta de classe. Para a FRELIMO, a tendência marxista estava na ideia da alienação da população para lutar contra a pobreza e o tribalismo, por isso Samora fundou a ideia do governo de felicidade. Sérgio Vieira chamou esse socialismo de socialismo científico. Esta felicidade passava necessariamente pela satisfação das necessidades básicas do povo.

Data de Submissão: 17/07/2020



Data de Aceite: 07/02/2021

Referências Bibliográficas

ADAM, Yussuf. Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento. *Arquivo n. 14*, Maputo, out. de 1993.

BRAGANÇA, Aquino e WALLERSTEIN, Immanuel. Quem é o inimigo? (3 vol.). Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.

BRITO, Luís de; COELHO, João Paulo B. e NEGRÃO, José Guilherme. História da Luta Armada de Libertação Nacional. Maputo: UEM (mimeo), s d.

DEPELCHIN, Jacques (1983). "African Anthropology and History in the Light of the History of FRELIMO" In: Contemporary Marxism. Nº 7, pp. 69-88.

FERNANDO, Celestino Taperero. Operação produção: a estratégia de inserir os chamados improdutivos, parasitas e inimigos da revolução no governo de transição em Moçambique entre 1975 a 1992. *Revista Espacialidades [online]*. 2019.1, v. 15, n. 1.

HARRISON, Graham – Mozambique: na Unsustainable Democracy, in *Review of African Political Economy*, n.º 61, 1994:429-440.

HARRISON, Graham – Mozambique: na Unsustainable Democracy, in *Review of African Political Economy*, n.º 61, 1994:429-440.

KAPLAN, Irving “The Society and Its Environment”, in *Mozambique, a country study*. Foreign Area Studies, Washington, The American University 1984.

KRUKS, Sonia (1987). “From Nationalism to Marxism: The Ideological History of FRELIMO, 1962-1977” In: Irving Leonard Markovitz (ed.) *Studies in Power and Class in Africa*.

KRUKS, Sonia (1987). “From Nationalism to Marxism: The Ideological History of FRELIMO, 1962-1977” In: Irving Leonard Markovitz (ed.) *Studies in Power and Class in Africa*.

MARX, Karl e Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luís Cláudio de castro e costa. Ed. Martins, fontes. São Paulo 2001.

MEDEIROS, R. M. V. e MATOS, E. A. C. A transformação do espaço rural moçambicano rumo à socialização do campo. *Revista da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. p. 31-64, V.11, n.15, jan-jun.2015.

Negrão, José. *Os centros prisionais abertos em Moçambique*. Maputo 2001.

NEWITT, M. História de Moçambique. Mem Martins: Europa-América. 1995.

NILSSON, A. Peace in our time. Towards a holistic understanding of world society conflicts. Göteborg: PADRIGU, 1999.

SERAPIÃO, Luís B; EL-KHAWAS, Mohamed A. Mozambique in the Twentieth Century, From Colonialism to Independence, Washington, University Press of America. 1979.

THOMAZ, Omar Ribeiro: “*Escravos sem dono*”: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. 2008

VIEIRA, Sérgio. Participei, por isso testemunho. Maputo: Ndira, 2011.

